

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA  
CURSO DE FILOSOFIA LICENCIATURA

**LÍDIA PAULINA FRANÇA MATEUS**

**SOCIEDADE MASSIFICADA:** uma análise à luz do pensamento arendtiano

SÃO LUÍS

2024

**LÍDIA PAULINA FRANÇA MATEUS**

**SOCIEDADE MASSIFICADA:** uma análise à luz do pensamento arendtiano

SÃO LUÍS

2024

Mateus, Lídia Paulina França.

Sociedade massificada: uma análise à luz do pensamento arendtiano. / Lídia Paulina França Mateus . – São Luís (MA), 2024.

47 p.

Monografia (Curso de Filosofia) Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2024.

Orientador: Prof. Me. Lincoln Sales Serejo. .

1. Sociedade massificada. 2. Ideologia. 3 Terror. 4. Totalitarismo. 5. Interesse comum. I.Título.

CDU: 347.471.6: 321.64

**Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445**

**LÍDIA PAULINA FRANÇA MATEUS**

**SOCIEDADE MASSIFICADA:** uma análise à luz do pensamento arendtiano

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia  
da Universidade Estadual do Maranhão para  
obtenção do grau de licenciatura em Filosofia.

Aprovado em: 11 /03/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador

Prof. Dr. Lincoln Sales Serejo  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Examinador 1

Prof. Dr. Helder Machado Passos  
Universidade Federal do Maranhão

---

Examinador 2

Prof. Dr. José Carlos de Castro Dantas  
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico a todos que moram em minhas  
orações.

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de tudo, agradeço a Deus por me sustentar nesta caminhada árdua e através dela me fazer amá-Lo mais, pela sua graça infinita. À Mãe Maria por me inspirar a ser mais como Ela e suportar o inimaginável ao decorrer desta jornada. Todo o processo foi extremamente diferente do que muitos diziam, foi, na verdade, fonte de fortificação na minha caminhada até Cristo. Agradeço a minha família por estar comigo em tudo durante este ciclo, à minha mãe Vera Lídia por me ensinar o valor de escolher fazer o que se gosta e por ouvir todos os meus desabafos de quando a caminhada pesou estando sempre de prontidão para me acolher; ao meu pai Raimundo Guedes por acreditar na minha capacidade e me encorajar, do seu jeitinho, a continuar lutando e por sempre demonstrar seu orgulho e ao mesmo tempo sua preocupação ao me ver crescer; à minha irmã Márcia Lidianny por ser luz em minha vida e mostrar o seu sorriso inspirador para eu escolher a educação como fonte de transformação nas vidas humanas, sobretudo a educação inclusiva; à minha irmã Veronica Maria por me ajudar todas as vezes que precisei de sua instrução enquanto alguém confiável que já terminou este ciclo e por me mostrar as dificuldades antes mesmo delas aparecerem como sinal de alerta; à minha avó Verônica Carvalho por proporcionar toda essa possibilidade que se tornou realidade e por sempre estar cuidando de mim em suas orações sem esquecer de nenhuma batalha que precisei travar. Agradeço ao meu namorado Gabriel Rabelo por acreditar e cuidar de mim todos os dias, sobretudo os que me faltavam forças para continuar esta jornada e a vontade de desistir me tomava conta. Agradeço à minha grande amiga Maria de Jesus por me incentivar e me inspirar a ser uma pessoa melhor e mais íntima de Deus independente das adversidades. Agradeço à minha comunidade da Igreja São Paulo Apóstolo por sempre voltarem um olhar de orgulho sobre mim e esperançoso sobre minha vida e minha decisão de iniciar este ciclo e permanecer nele. Agradeço ao meu orientador Lincoln Sales que tive a oportunidade de trabalhar em conjunto desde o meu início da graduação com um projeto de estudo sobre a mesma autora pesquisada neste trabalho monográfico, se mostrando um orientador eficiente, coeso e que estava à disposição para me atender. Agradeço à secretária do curso Lindanir Campos por sempre estar à disposição de me ajudar em questões acadêmicas e pessoais, e por se tornar alguém que suavizou as dificuldades deste ciclo. Agradeço aos colegas da graduação que, de algum modo, tornaram essa jornada cheia de aprendizados necessários para a minha evolução pessoal e profissional, e alguns mais próximos que tornaram essa trajetória mais leve.

## **RESUMO**

A presente pesquisa apresenta o estudo desenvolvido acerca da noção de sociedade massificada na reflexão da pensadora política Hannah Arendt. A autora demonstra que a massificação da sociedade extingue a pluralidade humana, destruindo assim, a ação política, já que há a substituição da imprevisibilidade pelo mero comportamento. Além de que na sociedade massificada não há interesses comuns, pois nela os seres humanos são tomados por um completo individualismo e não há um senso de pertencimento ao mundo comum. Busca-se, portanto, com este trabalho compreender o que Arendt entendia por sociedade massificada e como a massificação contribuiu para a instalação dos regimes totalitários e é capaz de exterminar a capacidade de pensar e agir politicamente.

**Palavras-chave:** Sociedade massificada; Ideologia; Terror; Totalitarismo; Interesse comum.

## **ABSTRACT**

This research presents the study developed on the notion of mass society in the reflection of political thinker Hannah Arendt. The author demonstrates that the massification of society extinguishes human plurality, thus destroying political action, as unpredictability is replaced by mere behavior. Furthermore, in mass society there are no common interests, as in it human beings are taken by complete individualism and there is no sense of belonging to the common world. Therefore, this work seeks to understand what Arendt understood by mass society and how massification contributed to the installation of totalitarian regimes and can exterminate the ability to think and act politically.

**Keywords:** Mass society; Ideology; Horror; Totalitarianism; Common interest.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                          | <b>10</b> |
| <b>2. DA EXCELÊNCIA DA POLÍTICA À SOCIEDADE MASSIFICADA .....</b>                                               | <b>13</b> |
| 2.1 <i>Vita activa</i> : trabalho, obra e ação.....                                                             | 13        |
| 2.2 Surgimento da cidade-Estado: adição de uma nova dimensão política .....                                     | 19        |
| 2.3 O advento do social e o declínio da ação .....                                                              | 23        |
| 2.4 Eichmann e sua incapacidade de pensar: o maior exemplo de homem de massa .....                              | 26        |
| <b>3 IDEOLOGIA E TERROR COMO INSTRUMENTOS DE MASSIFICAÇÃO .....</b>                                             | <b>29</b> |
| 3.1 Campos de concentração: laboratório perfeito para criar o cidadão desejado pelos regimes totalitários ..... | 30        |
| 3.2 Ideologia: ferramenta de criação de uma realidade irreál .....                                              | 32        |
| 3.3 Terror, a essência do regime totalitário que destrói a pluralidade humana .....                             | 35        |
| <b>4 A FALTA DE INTERESSE COMUM NAS SOCIEDADES DE MASSA .....</b>                                               | <b>37</b> |
| 4.1 Isolamento: princípio do desinteresse pelo comum .....                                                      | 38        |
| 4.2 Destruição da pluralidade humana .....                                                                      | 42        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                               | <b>44</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                         | <b>47</b> |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem por objetivo entender como que o declínio da ação política desencadeou a perda de interesse comum em consequência da massificação da sociedade, na visão de Hannah Arendt.

Hannah Arendt dedicou grande parte de sua obra à reflexão sobre a ação humana e sua importância na esfera pública, demonstrando que a ação é uma atividade essencial para a vida política e para a construção de um espaço de diálogo. Não é por acaso que a sua obra mais conhecida é *A Condição Humana*, em que ela aborda, sobretudo, o que é a *vita activa* e as suas três fundamentais atividades humanas.

No entanto, com o advento do social, a *vita activa* encontra-se em risco, sobretudo a atividade da ação política. Arendt dedica um tópico inteiro de sua obra *A Condição Humana* para falar sobre isso, e foi exatamente esse tópico que despertou esta pesquisa.

Com o advento do social que a *vita activa* passou a ser ameaçada, representando uma mudança fundamental na estrutura social, essa transformação indica que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade unificada.

Sendo evidente que à medida que as questões sociais começam a ganhar destaque, a ação política tende a diminuir à medida que o espaço público começa a ser tomado por um grande individualismo que não permite a existência de interesses comuns, levando a um enfraquecimento do espaço público e a perda da capacidade de agir politicamente, desencadeando um fenômeno chamado sociedade de massas, Arendt afirma:

O surgimento da sociedade de massas, pelo contrário, indica apenas que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares antes deles; com o surgimento da sociedade de massas o domínio do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla igualmente e com igual força, todos os membros de uma determinada comunidade (Arendt, 2020, p.50).

Essa transição marca o estágio em que o domínio do social se torna tão abrangente e poderoso que engloba todos os membros de uma comunidade, exercendo um controle igual sobre eles. A sociedade de massas é caracterizada pela uniformidade e pelo predomínio do social sobre o político, resultando na perda da diversidade e singularidade que antes definiam os diferentes grupos sociais, além da perigosa incapacidade de agir.

Ainda quanto o surgimento das sociedades de massas, Arendt explica:

A verdade é que as massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas apenas quando se pertencia a uma classe. A principal característica do homem da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais (Arendt, 1989, p.366).

Arendt aponta para a formação das massas a partir de uma sociedade fragmentada, com indivíduos isolados e falta de relações sociais normais, essas massas, em seu estado de desamparo, são facilmente manipuláveis.

Sendo a ação um fenômeno político, e mais, é o meio pelo qual os seres humanos constroem e mantêm a vida política, pois só pela ação a liberdade é exercida e se compreende a singularidade e pluralidade. A respeito disso, Arendt diz:

O discurso e a ação [...] por meio deles, os homens podem distinguir a si próprios, ao invés de permanecerem apenas distintos; a ação e o discurso são os momentos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas *qua* homens. Esse aparecimento, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano (Arendt, 2020, p. 218).

É fundamental entender o papel que a ideologia desempenha nas sociedades de massa, como foi na época do totalitarismo – vivenciado por Arendt – que “sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa” (Arendt, 1989, p.512), ou seja, “aquilo que o sistema totalitário precisa para guiar a conduta dos seus súditos é um preparo para que cada um se ajuste igualmente bem ao papel de carrasco e ao papel de vítima. Essa preparação bilateral que substitui o princípio de ação, é a ideologia” (Arendt, 1989, p.520).

O contexto histórico em que Arendt estava inserida – mais precisamente o totalitarismo – influencia toda a sua pesquisa e toda a construção das sociedades de massas, já que os regimes totalitários foram marcados pela supressão das liberdades individuais, pela repressão política e pela destruição da esfera pública. A desastrosa experiência dos regimes totalitários serviu como um ponto de referência importante para sua análise crítica das dinâmicas sociais e políticas da modernidade.

Arendt nos explica como o totalitarismo encontrou forças para se manter e ser aceito:

[...] o totalitarismo difere essencialmente de outras formas de opressão política que conhecemos, como o despotismo, a tirania e a ditadura. Sempre galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país [...] o governo totalitário sempre transformou as classes em massas (Arendt, 1989, p. 512).

Justamente o que o totalitarismo propõe é tornar o homem um ser manipulável, para tanto, fez uso de propagandas que distorciam a realidade, ou seja, se firmando na ideologia, não apenas na mentira.

A ideologia totalitária criou uma realidade coesa sem contradições foi o que encantou o homem daquela época. Com isso, pode-se afirmar que a ideologia foi o princípio do totalitarismo, e o terror foi sua essência. Terror é uma das faces do totalitarismo, é o que destrói a capacidade do homem de criar, ou seja, incapacita o homem para a ação, pois impossibilita qualquer relação política entre os homens e acaba com singularidade humana. A respeito disso, escreve Arendt:

[...] o terror só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar o isolamento. O isolamento pode ser o começo do terror; certamente é o seu solo mais fértil e sempre decorre dele (Arendt, 1989, p. 526).

A ideologia exerce um papel significativo ao moldar as crenças e comportamentos dos indivíduos, promovendo conformismo e limitando a capacidade de pensamento crítico. Por sua vez, o totalitarismo representa a expressão máxima da opressão ideológica, levando à destruição da pluralidade e à desumanização dos indivíduos.

Desse modo, no primeiro capítulo apresenta-se o que é *vita activa* e suas três atividades fundamentais, sendo uma delas – a ação – a que caracteriza a vida política na sua essência; em seguida será abordado o surgimento da cidade-Estado que adiciona uma nova dimensão política a vida humana, no entanto, o advento do social implica no declínio da ação, o que contribuiu para a formação da sociedade de massa, e ainda neste capítulo, expõe-se o caso de Eichmann, fundamental para entender como se comporta o homem de massa.

No segundo capítulo, foi-se investigado o que é ideologia e terror como instrumentos de massificação, e vê-se como os campos de concentração foram utilizados como laboratórios para a criação de um súdito perfeito e quais as semelhanças destes com o cenário de massificação. Por fim, no terceiro capítulo, desenvolve-se como o isolamento dissipa o interesse comum e destrói a pluralidade humana.

## **2. DA EXCELÊNCIA DA POLÍTICA À SOCIEDADE MASSIFICADA**

Neste tópico, serão abordados os conceitos de *vita activa*, perpassando pelo surgimento da cidade-Estado e a mudança que ela implicou até entender o advento do social que contribuiu para o declínio da ação. Por fim, entender-se-á a incapacidade de pensar de Eichmann.

Ao abordar o conceito de *vita activa*, Arendt explica sobre três atividades que permeiam a vida humana, são elas: trabalho, obra e ação. A primeira atividade, trabalho, se refere a dimensão biológica e ao que diz respeito a sobrevivência; a segunda, chamada obra, diz respeito à criação de artefatos, objetos duradouros que configuram alguma permanência ao mundo, já a terceira atividade, a ação, é a atividade política que acontece somente na esfera pública, onde há a participação ativa das pessoas na vida política.

Entender-se-á, também, sobre como o surgimento da cidade-Estado impacta na vida humana, segundo Arendt, adicionando uma nova dimensão política à esfera pública; além de discutir o impacto do advento do social nesta esfera e na ação política, em que se percebe que à medida que as questões sociais passam a ganhar destaque, a ação política tende a diminuir, pois o espaço público passa a ser tomado por individualismo que não permite a existência das preocupações comuns, o que leva ao enfraquecimento da esfera pública e perda da capacidade de agir politicamente.

Será mencionado neste capítulo o caso de Adolf Eichmann, um oficial nazista que participou da organização do Holocausto, sendo entendido como um homem de massa que é caracterizado pela sua incapacidade de pensar criticamente, já que não questionava as ordens recebidas e agia de forma burocrática, sem refletir sobre as consequências de tais atos.

### **2.1 *Vita activa*: trabalho, obra e ação**

Em sua obra *A Condição Humana*, Arendt escreve “com a expressão *vita activa*, pretendo designar três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação” (2020, p.9), isto é, a vida humana envolve a interação dessas três atividades, sendo cada uma delas imprescindíveis para a condição humana, como a autora mesmo continua “são fundamentais porque cada uma delas corresponde uma das condições básicas sob as quais a vida foi dada ao homem na Terra” (2020, p.9).

De acordo com Arendt:

O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida (Arendt, 2020, p. 9).

O trabalho se refere à atividade ligada ao processo biológico do corpo humano, pois segundo Arendt, envolve o ciclo humano biológico como um todo, desde seu crescimento até o seu próprio declínio, este movimento é caracterizado pela autora como cíclico, ao dizer que “cíclico [...] é o movimento do organismo vivo, incluindo o corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que permeia sua existência e o torna vivo” (2020, p. 118), isto é, o corpo humano ao passar por seu próprio ciclo biológico ele sustenta esse movimento cíclico que o mantém vivo.

Entende-se, portanto, que a atividade do trabalho se pauta no mecanismo de sobrevivência, em que o ser humano busca atender suas necessidades vitais básicas para sustentar a sua própria vida. Por isso, Arendt afirma que a condição humana da atividade trabalho é a própria vida, pois é o trabalho que mantém o ciclo vital humano ativo.

Consoante a isso, a autora destaca que “as necessidades e carências do corpo humano vêm e vão, e, embora reapareçam sempre de novo em intervalos regulares, jamais perduram muito tempo” (2020, p.176), isto é, as necessidades biológicas são efêmeras, já que vêm e vão, sendo recorrentes e não permanentes.

De acordo com Adriano Correia:

Os produtos do trabalho realizados pelo *animal laborans* para nutrir o processo vital são os mais perecíveis dos produtos humanos, de modo que não demoram no mundo tempo suficiente para chegar a fazer parte dele (Correia, 2013, p. 209).

Entende-se que os produtos do trabalho são insuficientes por si próprios para conferir uma marca duradoura no mundo, já que não demoram muito tempo no mundo devido às próprias necessidades humanas configuradas no movimento cíclico do corpo biológico. Consoante a isso, tem-se “das coisas tangíveis, as menos duráveis são aquelas necessárias ao processo da vida” (Arendt, 2020, p.118), entendendo-se o porquê das coisas do trabalho não possuírem durabilidade, sendo apenas instrumentos de sobrevivência.

Segundo Arendt (2020, p.115) “os produtos da obra – e não os produtos do trabalho – garantem a permanência e a durabilidade sem as quais um mundo absolutamente não seria possível”, ou seja, diferente do trabalho que possui sua essência repetitiva e sem durabilidade alguma não produzindo nada, existe a atividade obra que confere ao mundo uma durabilidade

e permanência da criação humana, que passa aqui a ser não mais uma repetição, mas sim reificação – de acordo com a própria autora (2020, p. 172).

A respeito dessa atividade chamada obra, Arendt explica que:

A obra é a atividade correspondente à não-naturalidade da existência humana, que não está engastada no sempre-recorrente ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último. A obra proporciona um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural [...] A condição humana na obra é a mundanidade (Arendt, 2020, p.9).

Ao contrário das necessidades vitais atendidas pela atividade do trabalho, a obra é não natural. Enquanto o trabalho traça um ciclo de sobrevivência instintivo que é, obviamente, natural, a obra é uma atividade que só acontece propositalmente, ou seja, quando o ser humano decide agir de forma consciente, criando o mundo de maneira intencional e não simplesmente instintiva, criando artefatos não naturais.

Arendt ainda esclarece que:

Ao contrário da *atividade da obra* [working], que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum de coisas, a *atividade do trabalho* [laboring] move-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo, e o fim de suas ‘fadigas e penas’ só advém com a morte desse organismo (Arendt, 2020, p. 120).

Como já visto, o trabalho perdura num ciclo inacabável enquanto há vida – o fim desse ciclo repetitivo só acontece com a morte do indivíduo – sendo incapaz de conferir a existência humana uma essência além da busca pela sobrevivência, ao contrário, a atividade da obra possui um fim evidente, que é justamente o objeto – o artifício, a criação – acabado, sendo acrescentado ao mundo comum de coisas, diferente dos produtos da atividade trabalho que são apenas de consumo imediato.

A respeito do fim inexistente da atividade do trabalho e do fim definido da atividade da obra, Arendt escreveu – ficando mais evidente essa distinção entre trabalho e obra

A característica da fabricação é ter um começo definido e um fim definido e previsível, e essa característica é bastante para distingui-lo de todas as outras atividades humanas, o trabalho, preso ao movimento cíclico do processo vital do corpo não tem começo nem fim (Arendt, 2020, p.178).

Segundo Arendt (2020, p.24) “por sua capacidade de realizar feitos imortais, por poderem deixar atrás de si vestígios imorredouros, os homens, a despeito de sua mortalidade individual, atingem a imortalidade que lhes é própria e demonstram sua natureza ‘divina’”, percebe-se que Arendt ainda aborda sobre a mortalidade humana não pode ser compensada pelo ciclo vital da espécie, ou seja, aí entra a capacidade de criação existente na obra, pois ao

criar um mundo “artificial” de coisas, os seres humanos passam a deixar sua marca duradoura no mundo e assim contribuem para a manutenção dele,

A autora ainda continua “a tarefa e a grandeza potencial dos mortais residem em sua capacidade de produzir coisas – obras, feitos e palavras” (2020, p.24), percebe-se, então, que a criação de artifícios vai além de ser apenas um potencial humano, é uma tarefa inerente a própria existência humana, atribuindo significado a condição humana e conferindo uma marca duradoura a vida humana.

Essa marca duradoura é a “continuidade no tempo, na vida sem morte nessa Terra e neste mundo” (Arendt, 2020, p.22), que é alcançada “por sua capacidade de realizar feitos imortais, por poderem deixar atrás de si vestígios imorredouros, os homens, a despeito de sua mortalidade individual, atingem a imortalidade que lhes é própria e demonstram sua natureza ‘divina’” (Arendt, 2020, p.24).

A menção de uma natureza “divina” demonstra a distinção que há entre os seres humanos e os demais animais, já que na atividade do trabalho, o ser humano não se difere muito dos demais animais, mas na atividade da obra, essa diferença começa a ser visível, pois os demais animais não podem realizar feitos imorredouros, e o ser humano ao atingir esse feito transcende a mera sobrevivência biológica sendo capaz de alcançar a imortalidade por meio de seus feitos.

O fim existente na obra, como esclarecido por Arendt “no processo de fabricação, ao contrário, o fim é indubitável: ocorre quando uma coisa inteiramente nova, com suficiente durabilidade para permanecer no mundo como um ente independente, é acrescentada ao artifício humano” é incontestável, entretanto a atividade da ação – continua a autora – “embora tenha um começo definido, jamais tem um fim previsível” (Arendt, 2020, p.178).

A respeito dessa atividade imprevisível, Arendt esclarece:

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo [...] A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um tal modo que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá (Arendt, 2020, p. 9-10).

O trabalho e a obra não dependem de interação humana para suas execuções, já que o primeiro atende tão somente a sobrevivência do individual e o segundo cria artefatos, tendo aí

a relação indivíduo-objeto, mas não necessariamente indivíduo-objeto-indivíduo, e ainda que o fosse, precisaria indiscutivelmente de um meio entre os indivíduos.

Ao contrário, a atividade da ação necessita imprescindivelmente de uma interação direta entre os seres humanos, sem a mediação de coisas ou matérias, por isso Arendt disse que “a ação jamais é possível no isolamento” (2020, p.233).

Ao dizer que a essência da ação é a pluralidade, Arendt afirma que não existem dois humanos iguais, afirmando também a essência da singularidade, em que cada indivíduo possui suas características particulares, como a própria autora esclareceu “a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e distinção” (2020, p.217), a igualdade está no fato de sermos seres humanos, enquanto a particularidade está nas nossas diferenças individuais.

A ação é uma maneira de expressar essa pluralidade, pois envolve a interação entre indivíduos distintos, eis, portanto, a grande diferença da ação para as demais atividades, como a própria Arendt esclarece: “a ação é a única faculdade humana que demanda uma pluralidade de homens” (1989, p. 140).

Segundo Arendt:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens (Arendt, 2020, p.27).

Segundo Arendt, toda atividade em público possui mais vigor do que a realizada na solidão, mas há mais um traço distintivo entre a ação e as demais atividades, mesmo que realizadas em público. A obra, por exemplo, pode ser realizada na companhia de outros capazes de criar artifícios, o trabalho também possui essa capacidade, quando, por exemplo, os indivíduos compartilham as necessidades de sobrevivência no mesmo lar.

Porém, a ação, por sua vez, precisa da presença de outros, no entanto, não são quaisquer outros, é necessário que sejam seus pares, ou seja, iguais na capacidade de agir politicamente, caso assim não seja, se configuraria num relacionamento familiar, por exemplo. Vejamos:

A excelência - *aretē*, como teriam chamado os gregos; a *virtus*, como teriam dito os romanos – sempre foi reservada ao domínio público, em que uma pessoa podia sobressair-se e distinguir-se das demais. Toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na privacidade, para a excelência, por definição, é sempre requerida a presença de outros, e essa presença exige a

formalização do público, constituído pelos pares do indivíduo; não pode ser a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores (Arendt, 2020, p.60).

Mais uma vez Arendt demonstra que as questões da vida privada não possuem a mesma relevância das questões públicas e políticas, já que a atividade realizada em público tem um potencial infindável para alcançar uma excelência que jamais é possível nem de ser pensada na privacidade do lar, sem uma interação pública que envolva questões políticas.

Ao dizer que, através da ação, uma pessoa pode se sobressair e se distinguir das demais, Arendt está reafirmando a capacidade de pluralidade e singularidade de cada indivíduo, consoante a isso, Teles explica que:

Por meio da ação os homens mostram quem são, suas identidades singulares, em contraposição ao que são, suas qualidades e defeitos. O indivíduo, ao agir entre os outros, revela-se (Teles, 2001, p.158).

Arendt diz que é no espaço público que uma pessoa pode sobressair-se e distinguir-se das demais, do mesmo modo Teles aponta que ao agir, o indivíduo se revela, sendo, portanto, a ação o meio que os indivíduos mostram quem são, ou seja, o espaço público envolve a expressão de quem somos como sendo seres políticos, que se dá indiscutivelmente pela ação.

Conforme Arendt:

Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Essa revelação de “quem”, em contraposição a “o que” alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que se pode exhibir ou ocultar –, está implícita em tudo que esse alguém diz ou faz (Arendt, 2020, p.222).

As identidades físicas são evidentes e perceptíveis sem que se faça qualquer esforço, são obviamente notórias, no entanto, as identidades pessoais e únicas – que Arendt exemplifica como dons, qualidades, talentos e defeitos – só são reveladas quando o ser humano age e fala. Isto é o que Arendt caracteriza como revelação de “quem” o ser humano é, em sua singularidade. A essência humana não permanece inteiramente oculta à medida que o indivíduo age ou fala, sendo assim, o revelar da essência humana só acontece na atividade da ação.

Este “revelar-se” e “sobressair-se” e “distinguir-se” fortalece a perspectiva de que a ação política, diferentemente das demais atividades, necessita ser realizada em público, como Arendt (2020, p.70) mesmo esclarece ao dizer que “a importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes”.

Sendo as pessoas singulares em seus ângulos, quando se apresentam na esfera pública e são vistos e ouvidos por outros, essa pluralidade de perspectivas enriquece o discurso público, criando a oportunidade de debate de ideias diferentes, ou seja, “a ação tanto depende da pluralidade quanto a afirma, pois, ao agir, o indivíduo confirma sua singularidade e aparece a outros indivíduos únicos” (Correia, 2006, p. 336).

Ao participar ativamente no discurso público e serem reconhecidos pelos outros, os indivíduos afirmam sua pluralidade. Desse modo, retoma-se Teles, que afirma:

Essa revelação é o que distingue uma ação política de uma ação qualquer em busca de um fim. Sem a revelação do agente no ato, a política confunde-se com fabricação, ou seja, somente um meio de produzir um objeto, de se atingir um fim (Teles, 2001, p.158).

Desse modo, compreende-se melhor a grande diferença do agir para o agir politicamente. A ação política permite as pessoas que elas mostrem ao mundo compartilhado quem realmente são, reafirmando sua singularidade à medida que aparece a pluralidade humana, caso essa revelação não aconteça, não se tem aí uma ação política, mas sim uma mera fabricação, com o intuito único de atingir um fim, esquecendo a revelação do agente.

A revelação do agente é inerente à atividade da ação, é preciso que o agente se torne visível e reconhecível, o que só é possível pois há uma interação coletiva que transcende o campo da fabricação ou construção de artifícios.

## **2.2. Surgimento da cidade-Estado: adição de uma nova dimensão política**

O surgimento da cidade-Estado trouxe consigo uma transformação na vida dos gregos, introduzindo uma "segunda vida" além de sua vida privada, a respeito disso Arendt esclarece:

O surgimento da cidade-Estado significou que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bio politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma nítida diferença em sua vida entre o que aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” [...] de todas as atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituíam o que Aristóteles chamava de *bios politikos*: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*) (Arendt, 2020, p.29-30).

A vida passa a ir além das preocupações privadas e individuais, começa-se a entender que é preciso participar ativamente das tomadas de decisões públicas, eis aí o impacto que o surgimento da cidade-Estado trouxe consigo, uma transformação na vida dos indivíduos, adicionando uma dimensão política significativa à sua existência.

Entretanto, Arendt não se concentra nas dimensões históricas ou nas limitações físicas da cidade-Estado, há algo além que é muito mais precioso para a ação política, e é justamente o que configura ao surgimento da cidade-Estado uma capacidade de adição de uma dimensão política, trata-se aqui da *pólis*.

Arendt (2020, p.29), afirma que a “fundação da *pólis* foi precedida pela destituição de todas as unidades organizadas à base do parentesco”, antes da criação da *pólis*, as pessoas viviam em grupos familiares. Ao longo do tempo, esses grupos foram sendo enfraquecidos e começaram a surgir as novas organizações que passam a ser consideradas políticas, já que “segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas é diferente dessa associação natural cujo centro é o lar (*oikia*) e a família, mas encontra-se em oposição direta a ela” (Arendt, 2020, p.29).

Há uma diferença muito grande entre associação natural e organização política, a segunda é oposição direta à primeira, nesta a organização era baseada por parentesco. A organização política é uma criação humana que transcende o campo familiar, sendo considerada uma esfera pública.

Essa esfera pública, que surge com o nascimento das chamadas cidades-Estado ou, principalmente, com a essência da *pólis*, possui a qualidade de que os indivíduos podiam se envolver em discussões políticas, separando-se das relações de parentesco que caracterizavam a esfera privada. Isso representou um marco importante na história do pensamento político e da organização social.

Desde então “ser político, viver em uma *pólis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não a força e violência” (Arendt, 2020, p.32), esse é o grande marco da saída histórica da organização natural – em que tudo era decidido por meio de força e violência – para o adentrar na organização política – em que as decisões eram tomadas usando palavras e persuasão.

A esfera do lar é o âmbito das atividades relacionadas à vida doméstica, à convivência familiar e às necessidades biológicas básicas. Nessa esfera, as atividades são realizadas para satisfazer as necessidades essenciais da vida cotidiana, em que “o traço distintivo da esfera do lar era o fato de que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências” (Arendt, 2020, p.36).

A interdependência e o senso de comunidade dentro da família são muitas vezes guiados pelo desejo de suprir as necessidades uns dos outros, demonstrando cuidado e compaixão. “Portanto, a comunidade natural do lar nascia da necessidade, e a necessidade governava todas as atividades realizadas nela” (Arendt, 2020, p. 37).

Enquanto a esfera do lar é motivada por necessidades e carências pessoais, a esfera pública envolve atividades políticas e preocupações públicas que vão além das necessidades individuais, a diferença da esfera do lar e a esfera pública é que “o domínio da *pólis*, ao contrário, era a esfera da liberdade” (Arendt, 2020, p. 37), não se tratava mais de força ou violência, mas sim da liberdade de escolher e agir, pois “ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Significava nem, governar nem ser governado” (Arendt, 2020, p.39).

A liberdade envolve a transcendência de estar sujeito a mera sobrevivência, como o ciclo repetitivo e instintivo do trabalho, além de envolver a ausência de governar e ser governado, não há a necessidade de estabelecer uma figura dominante como, por exemplo, a patriarcal na *oikós*.

A saída da esfera do lar para a esfera pública exigia coragem, que era uma virtude crucial para aqueles que desejavam influenciar os assuntos da cidade e participar na vida política.

Deixar o lar [...] e mais tarde simplesmente para dedicar a vida aos assuntos da cidade, exigia coragem, pois era só no lar que os indivíduos se preocupavam basicamente em defender a vida e a sobrevivência próprias. Quem ingressasse no domínio político deveria, em primeiro lugar, estar disposto a arriscar a própria vida; o excessivo amor vida era um obstáculo a liberdade e sinal inconfundível de servilismo. A coragem, portanto, tornou-se a virtude política por excelência, e só aqueles que a possuíam podiam ser admitidos em uma associação que política em conteúdo e propósito e que por isso mesmo era transcendia o mero estar junto imposto igualmente a todos (Arendt, 2020, p.43 - 44).

Arendt observa que, na Grécia Antiga, deixar o ambiente seguro do lar e se envolver nas questões da cidade, especialmente na esfera política, exigia coragem – como dito anteriormente. O indivíduo estava acostumado a focar em defender sua própria vida e sobrevivência dentro do lar, mas a participação política envolvia riscos e desafios muito diferentes.

Aqueles que ingressavam na esfera política da *pólis* precisavam estar dispostos a arriscar suas próprias vidas, já que participar da política, que muitas vezes envolvia decisões

que afetavam a comunidade como um todo, poderia levar a situações perigosas e ações que desafiavam diretamente a sobrevivência individual.

Arendt destaca que a coragem se tornou a virtude política por excelência na *pólis*, pois a coragem não era vista apenas como uma qualidade pessoal importante, mas também era uma característica essencial para aqueles que buscavam participar na vida política e influenciar as decisões coletivas.

Um excessivo amor à própria vida biológica podia ser um obstáculo à liberdade e um sinal de servilismo. Aqueles que estavam muito preocupados com sua própria sobrevivência podiam ser vistos como incapazes de tomar decisões políticas. A participação na vida política envolvia mais do que simplesmente estar junto com outros e requeria compromisso e coragem.

Esses riscos não eram totalmente um “tiro no escuro” já que o espaço para os correr foi assegurado pelo surgimento da própria *pólis*

Antes que os homens começassem a agir, era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer uma estrutura dentro da qual pudessem ocorrer todas as ações subsequentes; o espaço era o domínio público da *pólis* e a estrutura era a sua lei; legislador e arquiteto pertenciam à mesma categoria (Arendt, 2020, p.241).

Assim o espaço público da *pólis* era o ambiente no qual a ação política ganhava vigor, o lugar onde todos tinham o direito de exercer sua liberdade, independentemente de sua origem social, e a existência desse espaço público foi fundamental para a formação da identidade política da *pólis* e para o exercício do discurso e da ação.

Arendt afirma:

A rigor, a *pólis*, não é a cidade-Estado em sua localização física; é a organização das pessoas tal como ela resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam “Onde quer que vás, serás uma *pólis*”: essas famosas palavras não só vieram a ser o lema da colonização grega, mas exprimiram a convicção de que a ação e o discurso criam um espaço entre os participantes capaz de situar-se adequadamente em quase qualquer tempo e lugar (Arendt, 2020, p.246).

A *pólis* transcende o campo geográfico da cidade-Estado, sendo o seu real espaço aquele que existe entre as pessoas reunidas com o objetivo político de agir e discutir em conjunto, esse propósito é o que define a existência da *pólis*, na citação acima tem-se o trecho “onde quer que vás, serás uma *pólis*” que é a afirmação perfeita dessa não limitação ao espaço geográfico.

No próximo tópico, será desenvolvido como uma nova dimensão arruinou toda essa estrutura grega bem articulada para a existência do discurso político, da troca de ideias.

### 2.3. O advento do social e o declínio da ação

Em sua obra *A Condição Humana*, Arendt aborda sobre o advento do social, afirmando que está intrinsecamente ligado ao detrimento das esferas públicas e privadas.

O aparecimento da sociedade – a ascensão da administração do lar, de suas atividades, seus problemas e dispositivos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas turvou a antiga fronteira entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis (Arendt, 2020, p.46).

O surgimento da sociedade significa a ascensão da administração do lar, quando se passa a perceber as questões relacionadas a vida privada tomando publicidade na esfera política, dessa forma, a fronteira que separava a esfera privada da política – que antes era bem delimitada – passa a ser turvada, Duarte (2000, p. 280), explica que “com a ascensão do social, a distinção entre o público e o privado, tal como definida na Antiguidade, perdeu seu caráter axiomático e autoevidente”.

A respeito disso, Aguiar esclarece:

A esfera social é o resultado de um certo hibridismo entre as esferas privada e pública e se põe na perspectiva que, segundo Arendt, constituiu uma característica específica da modernidade que foi a resolução e o empenho dos homens em se desfazerem de uma vez do constrangimento que a dimensão da reprodução biológica impõe a todos. É em função dessa perspectiva que vai surgir o social. O social retirou da esfera política a dimensão de publicidade e da esfera privada a ocupação com a esfera das necessidades. Com a ascensão do social, as atividades executadas privadamente passaram a ter importância pública e o que era típico do público passou a ser um luxo (Aguiar, 2004, p.7).

Segundo o autor, a esfera social é vista como um resultado do "hibridismo" entre as esferas pública e privada, ou seja, a esfera social surge como uma resposta à busca por formas mais complexas de organização social que vão além das necessidades biológicas básicas. Com o surgimento da esfera social, atividades que eram executadas privadamente ganham importância pública, exatamente por isso Duarte (2000, p. 274), afirma que “para Arendt, a antiga distinção entre as esferas pública e privada teria sido perdida historicamente com a ascensão da esfera do social”.

“A ação, embora tenha um começo definido, jamais tem um fim previsível” (Arendt, 2020, p.178), esse fim imprevisível é característica indiscutível da ação, já que nessa

atividade, os homens estão exercendo sua liberdade e cada um em sua pluralidade, possui essa essência de imprevisibilidade, melhor dizendo “o fato de o homem ser capaz de agir significa que pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único” (Arendt, 2020, p.220).

A capacidade de agir implica que os seres humanos são capazes de realizar o inesperado, isso significa que as ações humanas não são completamente determinadas ou previsíveis, já que as pessoas podem tomar decisões inovadoras e surpreendentes, que podem levar a resultados inesperados – eis, portanto, a importância da coragem, pois essa tomada de decisões e o inesperado de seus resultados é um grande risco.

Arendt destaca que essa capacidade de realizar o inesperado é possível porque cada ser humano é único, é a singularidade humana que contribui diretamente para a imprevisibilidade da ação política.

Entretanto, com o advento da esfera do social – que indica “apenas que vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única” (Arendt, 2020, p. 50) – as diferenças e distinções entre grupos sociais se tornam menos pronunciadas, e uma "sociedade única" emerge a partir dessa fusão, caracterizando uma sociedade de massas – um fenômeno de diversos grupos sociais absorvidos em uma única sociedade.

A sociedade de massas representa um estágio em que os grupos sociais diversos perdem parte de sua identidade distintiva ao serem integrados em uma entidade social maior. Arendt afirma:

O surgimento da sociedade de massas, pelo contrário, indica apenas que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares antes deles; com o surgimento da sociedade de massas o domínio do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla igualmente e com igual força, todos os membros de uma determinada comunidade (Arendt, 2020, p.50).

Arendt compara o surgimento da sociedade de massas à absorção anterior das unidades familiares, “as massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada” (Arendt, 1998, p. 336). Assim como as famílias individuais foram gradualmente absorvidas por uma sociedade mais ampla, os grupos sociais também são absorvidos na sociedade de massas.

Segundo Fábio Passos:

Na feitura de uma ‘massa’, quando essa já está pronta, não se distingue mais os ingredientes que a possibilitaram vir-a-ser: ovos, leite, farinha, fermento transubstanciam-se e perdem sua identidade, sua individualidade, passando agora a

chamar-se ‘massa’. Essa poderia muito bem ser somente a definição de uma das atividades corriqueiras de um chefe de cozinha ou de uma dona-de-casa, mas esta, infelizmente, extrapola o âmbito da culinária e demonstra a perversão que a Era Moderna impõe à condição humana (Passos, 2008, p.83).

A analogia que Passos faz entre o cenário culinário e o moderno ressalta que, quando a "massa" está pronta, os ingredientes originais não são mais distinguíveis. Esses ingredientes são os próprios indivíduos que fazem parte da sociedade, que passam a perder sua pluralidade e singularidade ao serem padronizados.

Segundo Duarte:

As massas constituem o “ingrediente” ou o “material básico” na configuração dos governos totalitários, pois ele(s) se alimenta, justamente da possibilidade da organização de uma de suas parcelas afim de destruir as demais, até o instante em que os carrascos de hoje tornem-se as vítimas de amanhã (Duarte, 1997, p.32).

Isso significa que as massas desempenham um papel fundamental na ascensão e na sustentação dos governos totalitários, elas são consideradas como o elemento principal a partir do qual esses regimes tiram seu poder e apoio. Os regimes totalitários se alimentam da insatisfação de parte das massas e usam essa insatisfação como um trampolim para alcançar o controle. Duarte também faz referência à dinâmica na qual aqueles que hoje atuam como carrascos (agentes do regime totalitário) podem, eventualmente, tornar-se vítimas do próprio regime em algum momento futuro – como visto na citação acima.

Consoante a isso, Duarte afirma que:

Os traços característicos da esfera do social ou da sociedade coincidem com a descrição arendtiana das modernas sociedades de massa, marcadas pela filtragem dos interesses comuns políticos pelos interesses econômicos; pela existência de uma opinião pública que se traduz no predomínio de “apenas uma opinião de um único interesse” no que se refere à relação entre economia e política; pela apatia política e pelo conformismo, que substitui a capacidade humana para agir espontaneamente pelo mero “comportamento” em monótona previsibilidade repetitiva e normatizada por regras sociais (Duarte, 2000, p. 279).

Duarte demonstra que há uma grande semelhança na esfera do social e as sociedades de massa, já que em ambas não há preocupação com os interesses políticos comuns caracterizando uma grande apatia política, além de um excessivo conformismo que mina a capacidade de ação política, substituindo a capacidade humana de agir espontaneamente carregada de imprevisibilidade pelo comportamento previsível e padronizado, ou seja, como Arendt mesmo escreveu:

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que outrora era excluída do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um de seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a

fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária (Arendt, 2020, p.49 e 51).

A sociedade tende a excluir a possibilidade de ação, que carrega consigo a espontaneidade e imprevisibilidade, sendo substituída por comportamentos previsíveis e comuns, “pois a sociedade exige sempre que os seus membros ajam como se fossem membros de uma enorme família que tem apenas uma opinião e um único interesse” (Arendt, 2020, p.48).

O domínio do social se torna tão abrangente e poderoso que engloba todos os membros de uma comunidade, exercendo um controle igual sobre eles. A sociedade de massas é caracterizada pela uniformidade e pelo predomínio do social sobre o político, resultando na perda da diversidade e singularidade que antes definiam os diferentes grupos sociais, além da perigosa incapacidade de agir.

## **2.4 Eichmann e sua incapacidade de pensar: o maior exemplo de homem de massa**

Adolf Eichmann, nas palavras de Arendt:

Otto Adolf, filho de Karl Adolf Eichmann e Maria, em solteira Schefferling, capturado num subúrbio de Buenos Aires na noite de 11 de maio de 1960, voou para Israel nove dias depois, foi levado a julgamento na Corte Distrital de Jerusalém em 11 de abril de 1961, objeto de cinco acusações: "entre outros", cometera crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, durante todo o período do regime nazista e principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial. A Lei (de Punição) dos Nazistas e Colaboradores dos Nazistas, de 1950, sob a qual estava sendo julgado, previa que "uma pessoa que cometeu um desses [...] crimes [...] está sujeita à pena de morte". A cada uma das acusações, Eichmann declarou-se: "Inocente, no sentido da acusação" (Arendt, 2020, p.32).

Durante o julgamento, Eichmann declarou-se "inocente, no sentido da acusação" em relação a cada uma das acusações. Sua defesa argumentou que ele estava apenas seguindo ordens superiores e não tinha autoridade para questionar as políticas do regime nazista. Esse argumento levantou questões éticas e morais sobre a responsabilidade individual em face de ordens imorais.

Em sua obra *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*, Arendt analisa e descreve a forma burocrática com que Eichmann agia. Arendt (1999, p.281) ao afirmar que “só os ‘grandes criminosos de guerra’ agiram sem limites territoriais, e Eichmann certamente não era um deles” demonstra que Eichmann não fez nada além do que era

comandado a fazer, agindo dentro dos limites – por assim dizer – impostos por seus superiores.

Arendt (2004, p. 226) relata que “não era estupidez, mas uma curiosa e totalmente autêntica incapacidade de pensar”, ou seja, estava apontando para a falta de reflexão crítica e a ausência de um senso moral em suas ações. Em sua obra *Eichmann em Jerusalém*, Arendt (1999, p. 152) deixa claro essa incapacidade de pensar de Eichmann, sendo “apenas” um homem cumpridor de seus deveres, que seguia as leis e cumpria seu dever.

Segundo Souki (1995, p.99), Arendt descreveu Eichmann não como um monstro, embora seus atos fossem monstruosos, mas detentor de uma personalidade que se destacava unicamente por uma extraordinária superficialidade, reafirmando que Arendt ao acompanhar o julgamento de Eichmann, percebe nele uma incapacidade, a do pensar, e não o caracteriza como um homem mal, mas sim como um homem sem vontade própria.

Arendt argumentou que Eichmann não era um monstro, mas um determinado burocrata obediente que seguiu as ordens do regime nazista de forma eficiente e sem questionamentos. Ele não questionou a moralidade do genocídio e não demonstrou remorso por suas ações, por isso, “o homem Eichmann era o perfeito instrumento para levar a cabo a solução final, organizado, regular e eficiente” (Souki, 1995, 98). Duarte corrobora com essa afirmação ao dizer que:

Arendt observou que Eichmann não era um monstro moral dotado de intenções malignas, sendo justamente isso o que constituía o escândalo inominável encarnado em sua figura: tratava-se de “uma pessoa ‘normal’”, nem fraca de memória, nem doutrinação, nem cínica, mas, mesmo assim, “perfeitamente incapaz de discernir o certo do errado” (Duarte, 2000, p.342).

A conformidade cega de Eichmann às ordens superiores e sua identificação com o sistema burocrático nazista o tornaram incapaz de pensar de forma independente e de discernir o certo do errado, ele se via simplesmente como um executor de ordens, sem considerar as implicações éticas ou humanas de suas ações, assim como Duarte esclarece:

Arendt observou que o motivo pelo qual ele executara meticulosamente a sua tarefa burocrática não fora inspirado por qualquer motivo ou convicção de ordem ideológica, mas, antes, pelo desejo cego de seguir a regra que lhe fora proposta e obedecê-la incondicionalmente, sem jamais parar para pensar sobre aquilo que estava fazendo (Duarte, 2000, p. 342).

E é assim que se dá a substituição da espontaneidade e imprevisibilidade compostas na ação política pelo comportamento previsível, atestada por sua linguagem administrativa que grosso modo caracterizava uma linguagem repetitiva. Por isso, Souki escreveu:

Dentre as características mais chocantes da personalidade de Eichmann está a sua linguagem. A linguagem administrativa era a única que conhecia, pois ele era incapaz de pronunciar uma só frase que não fosse um clichê. Quando conseguia formar uma frase que exerça algum efeito, ele a repetia até que se transformasse em frase feita (Souki, 1995, p.100).

Do mesmo modo, Duarte afirma:

Ele era apenas mais um homem comum que aprendera a recitar mecanicamente os chavões ideológicos do partido e a cumprir as ordens que lhe eram transmitidas, cuidando com esmero para que sua conduta estivesse formalmente correta (Duarte, 2000, p.342).

Entende-se que Eichmann ao executar ordens sem questioná-las tornou-se um burocrata cumpridor de ordens e isso refletiu em sua linguagem, tornando-a burocrática e mecânica, à medida que passou a usar apenas clichês, ou seja, não possui originalidade em suas falas, eram meras repetições, sua obediência cega era a sua “máxima virtude”, conforme Duarte (2000, p. 343) afirma “a sua máxima ‘virtude’ era a pura ‘obediência’, independentemente da consideração dos benefícios ou prejuízos que ele ou qualquer outro pudessem obter com tal atitude”.

Duarte (2000, p. 347) demonstra o perigo dessa ausência de pensar, “a reflexão arendtiana sobre o caso de Eichmann mostrou-lhe o risco implicado na absoluta ‘ausência’ de pensamento e juízo”. Essa incapacidade de pensar é característica do homem de massa, isso fica mais bem esclarecido quando se lê:

A principal característica do homem da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais. Vindas da sociedade do Estado-nação, que era dominada por classes cujas fissuras haviam sido cimentadas pelo sentimento nacionalista, essas massas, no primeiro desamparo da sua existência, tenderam para um nacionalismo especialmente violento, que os líderes aceitavam por motivos puramente demagógicos, contra os seus próprios instintos e finalidades (Arendt, 1998, p. 466).

O homem de massa, segundo Arendt, é caracterizado pela falta de pensamento crítico, pela conformidade e pela adesão acrítica às normas e valores predominantes, pela apatia e falta de relações normais, ele é influenciado pela pressão social e pela necessidade de pertencer a um grupo, perdendo assim sua individualidade e sua capacidade de reflexão independente.

Eichmann pode ser visto como um exemplo extremo do homem de massa, pois ele seguiu as ordens do regime nazista sem questionar ou refletir sobre as consequências – como já dito. Sua falta de pensamento crítico e sua conformidade com as normas e valores do sistema o levaram a se envolver ativamente na implementação do genocídio.

Segundo Amaral (2014, p.2), a sociedade de massa não entende que a vida humana não se restringe à exclusividade privada e muito menos a importância de adentrar a esfera pública e nela ocupar o seu lugar, ou seja, destaca a ideia de que a vida humana vai além da esfera privada e individual.

A massificação enfraquece a esfera pública, pois dificulta a formação de espaços de debate, deliberação e participação política. O predomínio do conformismo e da uniformidade impede a diversidade de opiniões e a expressão livre dos indivíduos. O anonimato e a falta de engajamento político característicos desse tipo de sociedade afetam a capacidade das pessoas de ocupar seu lugar na esfera pública e contribuir para a construção coletiva da sociedade.

Arendt descreveu Eichmann como um homem com ausência do pensar, do juízo crítico e reflexivo, sem capacidade política, sem vontade e de extrema superficialidade. Esse ser sem iniciativa de “criar o novo” e apenas seguidor de ordens, é exatamente o que podemos chamar de extremo do homem de massa.

Percebe-se, portanto, que a sociedade de massa, constituída obviamente por homens de massa, é essencialmente atomizada, baseada no conformismo e uma preocupação exagerada com questões privadas.

### **3. IDEOLOGIA E TERROR COMO INSTRUMENTOS DE MASSIFICAÇÃO**

Neste capítulo será examinado o papel dos campos de concentração como espaços de “teste” para a destruição da pluralidade humana, funcionando como ferramenta de controle usada pelos regimes totalitários, além de elaborarem o modelo de “súdito perfeito”.

Analisar-se-á a importância da ideologia na construção de uma realidade irreal. Os regimes totalitários desenvolveram ideologias que podem ser logicamente aceitas que foram consolidadas através de propagandas e disseminação do senso de não pertencimento.

Além disso, será entendida a essência do regime totalitário: o terror, que era a principal ferramenta utilizada pelos regimes totalitários para manter o controle e a submissão da população.

Segundo Hannah Arendt, os movimentos totalitários são compostos por indivíduos isolados e atomizados – o que caracteriza o homem de massa –

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual (Arendt, 1998, p.373).

Os regimes totalitários exigem lealdade completa e incondicional de cada membro, que era forçada e frequentemente mantida através da coerção e da repressão, fortalecidas pelo isolamento.

Como abordado anteriormente, as massas desempenham um grande papel na ascensão e manutenção dos regimes totalitários, atuando como sustento, pois:

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis (Arendt, 1998, p.361).

As massas são apáticas, não se unem por um interesse comum, são indiferentes as questões políticas, Arendt descreve como as massas surgiram em uma sociedade fragmentada e atomizada, caracterizada pelo isolamento e pela falta de relações sociais normais. Essas massas são propensas a adotar ideologias violentas como uma forma de encontrar identidade e pertencimento. E o totalitarismo é fenômeno cujo cenário impossibilita a realização da ação política, é, portanto, um cenário que exprime a falta de cuidado com o que é de interesse comum, com a preservação do mundo.

Segundo Arendt (1998, p.512) “o governo totalitário sempre transformou as classes em massas”. Nos regimes totalitários, a busca pelo poder absoluto muitas vezes envolve a eliminação de qualquer forma de oposição ou diferenciação. Transformar as classes sociais em "massas" é uma maneira de apagar as distinções e diferenças entre as pessoas, tornando-as mais uniformes e “agradáveis”, além de retirar-lhes “aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis” (Arendt, 1998, p.361).

### **3.1 Campos de concentração: laboratório para criar o cidadão desejado pelos regimes totalitários**

Segundo Arendt (1998, p. 489), os campos de concentração são o modelo social perfeito para o domínio total, em geral, servindo como um experimento do que se fazer para estabelecer e garantir a destruição da pluralidade humana.

Arendt (1998, p.488) ainda continua “os campos de concentração e de extermínio dos regimes totalitários servem como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo que tudo é possível”, ou seja, nesses campos podiam testar também a força dos regimes e o funcionamento de suas artimanhas, não havendo limites para as possibilidades de como atingir seus objetivos, sendo, portanto, os campos de concentração um esboço do que os regimes totalitários são capazes de fazer.

Consoante a isso, entende-se que o totalitarismo “caracteriza-se em sua essência pela presença incessante da ideologia e do terror, e o principal elemento que o identifica, sua máxima instituição, é o campo de concentração” (Lima, 2016, p. 135).

A respeito disso, Duarte entende que:

os campos de concentração são a principal instituição dos regimes totalitários, não apenas porque eles condensam e potencializam todos os absurdos implementados na textura do social por esta forma de dominação sem precedentes, mas também porque, justamente aí, se manifesta o “objetivo” crucial do totalitarismo, a destruição da “infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos”. Os campos de concentração são o “laboratório” onde foram testadas as possibilidades e condições de fabricação do “cidadão” par excellence dos regimes totalitários, aquele que apenas reage previsivelmente aos estímulos externos a que é submetido, o homem cuja “espontaneidade” foi extirpada, e que pode ser eliminado a qualquer momento por ser supérfluo (Duarte, 2000, p. 68-69).

Duarte esclarece que os campos de concentração possuíram um papel fundamental nos regimes totalitários como destruidores da pluralidade humana, funcionando como um “laboratório” onde foram testadas as possibilidades de “cidadão perfeito” – que é aquele desprovido de capacidade de ação política e obediente a estímulos – e para o “teste do domínio total” (Arendt, 1998, p. 442), acabando com a espontaneidade da ação.

Neste sentido, Arendt afirma que:

O domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações (Arendt, 1998, p. 488).

Isto é, - como já visto – para atingir seus objetivos, os regimes totalitários precisam sistematizar a pluralidade humana, tornando toda a humanidade como que apenas um único indivíduo, destruindo essa pluralidade, transformando todos num só indivíduo atomizado, homogêneo, por isso, Arendt aponta que:

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também serve à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta

humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são (Arendt, 1998, p. 488-489).

Consoante a isso, Teles aponta que:

O terror sistemático do totalitarismo, destruiu a individualidade ao incapacitar o sujeito de agir de modo livre e espontâneo. No lugar da visibilidade e da comunicação pertinente à esfera pública o totalitarismo impôs os campos de concentração e o diálogo entre os cidadãos foi sufocado e amordaçado por ‘um cinturão de ferro’, como dizia Arendt, que desfez a possibilidade de um espaço de encontro da pluralidade marcante das relações sociais, criando o homem da massa, fabricado para agir de acordo com o bando. O terror suprimiu o espaço que havia entre os homens e calou a comunicação, aniquilando, por completo, o político (Teles, 2013, p. 45-46).

Pode ser considerada uma grande semelhança entre os campos de concentração e as sociedades de massa, já que ambos os contextos envolvem a supressão da individualidade e a destruição da pluralidade humana. Nos campos de concentração, essa destruição é extrema e manifesta-se através da violência e da aniquilação física, enquanto nas sociedades de massas, essa destruição ocorre de forma mais sutil, através do controle social, da pressão para a conformidade, em ambos os cenários há a troca da ação pelo comportamento previsível e a destruição da pluralidade.

Comparando o homem de massa ao homem colocado no campo de concentração, Fábio Passos argumenta:

Assim, o homem de massa e o prisioneiro desumanizado do campo de concentração aproximam-se, na medida em que o prisioneiro do campo de concentração, embora não seja o fruto da ideologia, deve ser compreendido como uma de suas vítimas e encontra-se em uma condição degradada não em função de sua adesão a uma ideia, mas pelos efeitos dessa ideia no mundo (Passos, 2014, p. 115 - 116).

O comentador demonstra que tanto o cenário totalitário quanto o das sociedades de massas buscam suprimir a espontaneidade e a capacidade de agir politicamente, e os personagens de ambos os cenários são muito parecidos – homem de massa e o prisioneiro do campo de concentração.

### **3.2. Ideologia: ferramenta de criação de uma realidade irreal**

Segundo Arendt (1998, p.390) “as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda”, assim a autora destaca que os regimes totalitários utilizam técnicas de propaganda e manipulação de massa para moldar a opinião dos indivíduos.

Ainda continua (1998, p.411), “o verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão, mas a organização – o ‘acúmulo da força sem a posse dos meios de violência’”, o

objetivo da propaganda totalitária é acumular poder sem a necessidade de recorrer à violência imediata. Isso significa que os regimes totalitários buscam criar um ambiente em que as massas obedeçam às diretrizes do governo sem questionar ou resistir ativamente, estes regimes fazem isso moldando a mentalidade das pessoas, controlando a informação e reforçando a ideologia oficial.

O objetivo final é que as massas sejam mobilizadas para apoiar o regime e se conformem às suas diretrizes sem resistência ativa, isso permite que o regime acumule poder e controle sem a necessidade de recorrer constantemente à violência física, conforme isso, Arendt esclarece que:

A propaganda do movimento totalitário serve também para libertar o pensamento da experiência e da realidade; procura sempre injetar um significado secreto cada evento público tangível e farejar intenções secretas atrás de cada ato público. Quando chegam ao poder, os movimentos passam a alterar a realidade segundo suas afirmações ideológicas (Arendt, 1998, p.523).

Sendo assim, através do controle dos meios de comunicação e da disseminação de informações seletivas e favoráveis aos regimes totalitários, esses regimes conseguem criar uma narrativa que legitima suas ações, as tornando logicamente válidas e aceitas, alterando a realidade. Entende-se aqui o papel da ideologia, que é moldar a realidade e acabar com a possibilidade de ação política.

Aquilo de que o sistema totalitário precisa para guiar a conduta de seus súditos é um preparo para que cada um se ajuste igualmente bem ao papel de carrasco e ao papel de vítima. Essa preparação bilateral, que substitui o princípio da ação, é a ideologia (Arendt, 1998, p.520).

A ideologia, segundo Arendt (1998, p. 521), é a lógica de uma ideia, onde a ideia possui uma estrutura lógica, a ideologia tem por objeto de estudo a história, à qual a ideia é aplicada, ou seja, a ideologia não existe de forma avulsa, pelo contrário, está contida na própria história, em que uma molda a outra.

A ideologia totalitária criou um mundo onde todos os seus moradores eram supostamente atendidos em seus anseios, como aponta Arendt (1998, p. 523) “o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e insiste numa realidade ‘mais verdadeira’ que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis”.

Foi exatamente a disseminação da ideologia totalitária através dos meios de propaganda que ocasionou a aceitação de muitas posturas horrendas. Essa infeliz realidade irreal de um mundo perfeito associada a realidade real de uma sociedade constituída de homens apáticos foi fundamental para a firmação de um governo totalitário, já que, segundo

Arendt (1998, p.523), embora a ideologia não tenha o poder suficiente para transformar a realidade, ela consegue arrumar os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico.

Essa superficialidade é característica do homem de massa, um ser constantemente preocupado consigo mesmo e sem tempo de se preocupar com os assuntos da esfera pública, dessa forma, extinguindo relações políticas com outros homens.

A ideologia desempenha um grande papel na massificação do homem, a respeito disso, Fábio Passos escreveu:

A ideologia, “a lógica de uma ideia”, funciona, aos olhos de Hannah Arendt, como a precondição para que haja um eficaz controle interno das massas, fazendo com que os homens do século XX caíssem no limbo da desolação: o sentimento limítrofe da existência humana que faz com que os homens percam a confiança na vida, nos homens, no mundo e até em si mesmos [...] fato de que a ideologia não necessita da realidade de um mundo comum para direcionar a vida dos indivíduos, mas tão somente dos processos mentais que fazem de premissas, conclusões logicamente aceitas (Passos, 2014, p. 124).

Passos argumenta, à luz do pensamento arendtiano, que a ideologia tem o poder de envolver os indivíduos em um estado de desolação, uma sensação de vazio e desconfiança em relação à vida, aos outros seres humanos, ao mundo e até mesmo a si mesmo.

A ideologia pode promover uma desconexão com a realidade e criar uma falsa sensação de segurança e certeza baseada em premissas e conclusões logicamente aceitas, mas que podem estar distantes da realidade concreta, o que funciona como uma lógica ou conjunto de ideias que orientam o pensamento e o comportamento das massas. Ela desempenha um papel fundamental no controle interno dos indivíduos, influenciando suas percepções, crenças e ações.

O domínio totalitário estabelece premissas que são consideradas incontestáveis e inquestionáveis, já que “as ideologias são notórias por seu caráter científico: combinam a atitude científica com resultados de importância filosófica” (Arendt, 1998, p.520), isso significa que as bases da ideologia do regime não podem ser desafiadas, e qualquer tentativa de fazê-lo pode resultar em perseguição ou punição.

Há um controle estrito das informações que chegam às pessoas, criando uma "realidade" que é moldada de acordo com a ideologia do regime. E esta realidade pode ser considerada fictícia porque não corresponde à verdade objetiva, mas é construída para servir aos interesses do governo.

### **3.3 Terror, a essência do regime totalitário que destrói a pluralidade humana**

Segundo Arendt (1998, p.517), a essência do domínio totalitário é o terror, que é capaz de destruir a pluralidade humana, incapacitando o ser humano de agir politicamente.

A princípio, é válido saber que Arendt (1998, p.517) demonstra que há uma grande diferença entre os governos não tirânico, tirânico e o domínio totalitário, a respeito disso a autora esclarece “se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário”.

Entende-se que os governos não tirânicos existem sob um conjunto de leis que regulamentam suas ações, diferente dos governos tirânicos que atuam de forma opressiva, ou seja, enquanto o governo não tirânico age com respeito a legalidade, o governo tirânico tem suas ações pautadas na ilegalidade.

No entanto, há um tipo de domínio que transcende os campos de legalidade e ilegalidade, este é o domínio totalitário, que não respeita a legalidade e vai além da ilegalidade. Os domínios totalitários possuem uma ferramenta de controle que é a sua própria essência, o terror – como já citado anteriormente. Entende-se, desta forma, que o terror não é apenas uma característica ocasional, mas sim um elemento central e constante dos regimes totalitários, fundamental para sua existência.

Arendt destaca essa diferença fundamental entre regimes totalitários e governos não tirânicos para sublinhar a ameaça que os regimes totalitários representam para a pluralidade humana, por isso ela afirma:

constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem com dimensões gigantescas [...] pressionando os homens uns contra os outros, o terror destrói o espaço entre eles; comparando às condições que prevalecem dentro do cinturão de ferro (Arendt, 1998, p. 518).

A metáfora do "cinturão de ferro" representa a opressão e o controle implacável impostos pelo regime totalitário sobre os indivíduos, o "cinturão de ferro" simboliza as estruturas de opressão que o governo utiliza para manter seu poder.

Arendt observa que, sob o domínio do terror, as pessoas se tornam indistintas, como se fossem fundidas em um único ente gigantesco, é isso que reflete a ideia de que o totalitarismo “destrói a pluralidade dos homens” (Arendt, 1998, p. 518).

O que mantém o terror funcionando, por assim dizer, é o isolamento:

[...] o terror só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar o isolamento. O isolamento pode ser o começo do terror; certamente é o seu solo mais fértil e sempre decorre dele (Arendt, 1998, p. 526).

Arendt argumenta que os regimes tirânicos dependem do isolamento das pessoas para manter e consolidar seu poder absoluto, buscando provocar deliberadamente o isolamento entre os cidadãos como uma estratégia de controle, eis aí o solo fértil para o terror prosperar, pois quando as pessoas se isolam umas das outras, tornam-se mais suscetíveis à manipulação e incapazes de se unir em oposição ao regime. Por isso, Arendt afirma que uma das principais preocupações dos regimes tirânicos é induzir o isolamento entre os cidadãos.

No entanto, a dominação totalitária vai além “assenta-se no desamparo e o produz” (Arendt, 2011, p.235), ou seja, o desamparo das massas contribui para o estabelecimento e a manutenção do governo totalitário, ao mesmo tempo, em que o governo totalitário intensifica o desamparo das massas. Essa sensação de desamparo pode surgir devido à falta de relações sociais normais reforçada com o uso de propagandas.

Entende-se, portanto, que o desamparo das massas e a dominação totalitária estão interligados. O desamparo inicial das massas fornece uma abertura para que o governo totalitário ganhe poder, e, por sua vez, o governo totalitário intensifica o desamparo das massas como parte de seu controle contínuo. Isso cria um ciclo de reforço mútuo que sustenta a dominação totalitária.

Arendt (2011, p. 235) continua e afirma: “a dominação totalitária se assenta no desamparo e o produz, assim como a tirania assenta-se no isolamento e o produz, uma república assenta-se no amor à igualdade e o produz, e a monarquia assenta-se no amor pela distinção e o produz”.

Assim, a tirania é associada ao isolamento, o que significa que um governante tirano muitas vezes busca manter as pessoas isoladas umas das outras, já a dominação totalitária vai além, produzindo uma sensação de desamparo, ela prospera quando as massas se sentem desamparadas – o cenário perfeito para o funcionamento da ideologia.

Por isso, Arendt afirma que:

o súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento) (Arendt, 1998, p. 526).

Logo, o súdito ideal do governo totalitário não consegue mais distinguir entre o que é real (fato) e o que é inventado (ficção), isso representa uma supressão do pensamento crítico, o que contribui diretamente para a manutenção do controle totalitário sobre a sociedade.

Em suma, a análise de Arendt sobre o domínio totalitário ressalta a natureza intrínseca do terror como ferramenta de destruição da pluralidade humana, ao transcender os limites da legalidade e da ilegalidade, os regimes totalitários erguem um "cinturão de ferro" que sufoca a diversidade e esmaga a individualidade.

No próximo capítulo será aprofundado sobre o que se foi abordado neste capítulo, sobretudo quanto a construção do "súdito perfeito" nos campos de concentração, onde regimes totalitários moldam indivíduos conforme suas necessidades e a ideologia como ferramenta para criar uma realidade distorcida e irreal, além de compreender o terror como a essência do regime totalitário, destacando sua capacidade de destruir a pluralidade humana. Nesse contexto, o próximo capítulo se debruçará sobre um aspecto crítico da sociedade de massas: a falta de interesse comum, sendo possível compreender como a ausência de objetivos compartilhados pode contribuir para a destruição da pluralidade humana.

#### **4. A FALTA DE INTERESSE COMUM DA SOCIEDADE DE MASSAS**

Um dos aspectos centrais na reflexão de Arendt sobre a massificação da sociedade é o isolamento, é através dele que as relações humanas se tornam superficiais e fragmentadas, impossibilitando a ação política. No entanto, há algo além do isolamento, neste capítulo saber-se-á sobre o que o isolamento é capaz de fazer e sobre como o regime totalitário foi além disso, ao promover o desamparo – conforme já discutido.

A falta de interesse comum na sociedade de massas leva ao desamparo, uma sensação de vulnerabilidade e impotência diante dos desafios e problemas coletivos. Neste capítulo, entender-se-á como que a falta de um senso de pertencimento e propósito compartilhado, os indivíduos se sentem deslocados do mundo comum, o desamparo é uma consequência direta da diminuição da pluralidade humana.

#### 4.1 Isolamento: princípio do desinteresse pelo comum

Segundo Arendt (2020, p. 48), “a sociedade exige sempre que os seus membros ajam como se fossem membros de uma enorme família que tem apenas uma opinião e um único interesse”, que como já discutido anteriormente, é o âmbito sem lugar para ação política, ao explicar que a sociedade toma os membros os englobando numa enorme família, entende-se melhor a homogeneização referida na última frase “apenas uma opinião e um único interesse”, esta é por sinal característica distante dos participantes da esfera pública povoados por pluralidade e interesses comuns.

Arendt continua:

Ao invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária (Arendt, 2020, p.50).

A sociedade substitui a ação pelo comportamento; a capacidade de imprevisibilidade e pluralidade por apenas um único modo de agir – que não é nada político – padronizado e previsível, faz-se isso promovendo o isolamento, que “é aquele impasse no qual os homens se veem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída” (Arendt, 1998, p. 527).

A destruição de interesse comum, possível pelo isolamento, caracteriza plenamente a sociedade de massas, em sua essência, atomizada e distante da ação política. Consoante a isso, Nathalia Costa afirma que as sociedades de massas:

Não possuem interesses comuns e, por isso, não são capazes de articulação e organização como os indivíduos pertencentes às classes; não se interessam pelos assuntos públicos, não se integram a nenhuma organização baseada no interesse comum (Costa, 2018, p. 70).

Desta mesma forma, Arendt (1998, p. 367) afirmou que “a principal característica do homem de massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a falta de relações sociais normais”

Segundo Arendt (1998, p. 361), há uma diferença entre classes e massas, assim a autora afirma que “as massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis”, diferente das classes que se uniam por interesses comuns, as massas são apáticas e não possuem a articulação que as classes possuem. Duarte (2000, p. 48) esclarece a afirmação de Arendt: “as massas são caracterizadas por sua ausência de interesse

comum, traço que as distingue das classes sociais, que se articulam em torno de certos objetivos determinados, limitados e atingíveis”.

Mesmo que os objetivos das classes sejam limitados, elas estão organizadas por interesses comuns, e é justamente esta a diferença das classes para as massas. Essa apatia por interesses comuns implica numa apatia pelo cuidado do mundo comum, já que não há nenhuma manifestação conjunta de uma organização pautada em interesses que vão além do campo individual, numa sociedade com relações sociais anormais, já que estas, segundo Nathalia Costa:

não estão baseadas na preocupação pela manutenção e perpetuação de um mundo comum; de um mundo interposto entre os homens e mulheres que seja objeto de interesse comum e, portanto, capaz de colocá-los em interação e ao mesmo tempo separá-los, resguardando sua singularidade. Não há espaço nessa sociedade para uma ação conjunta que não vise os interesses estritamente individuais e privados (Costa, 2018, p.72).

Na sociedade de massas não há como existir ação conjunta, pois todos estão tomados pelo individualismo extremo e a sociedade é marcada por uma crescente fragmentação, onde os interesses individuais e privados parecem prevalecer sobre a busca por um bem comum. Essa fragmentação e a falta de interesse comum têm implicações profundas na capacidade de construir um mundo compartilhado.

Retomando o cenário totalitário, Fábio Passos afirma:

Com esse evento histórico e catastrófico, Hannah Arendt se deparou com a incapacidade radical do homem moderno de cuidar do mundo. [...] Esse acontecimento pode ser compreendido na esteira das reflexões acerca do não cuidado com o mundo, na medida em que os campos de morte nazistas da Segunda Guerra Mundial foram, entre outras coisas, espaços destinados a eliminar a pluralidade humana (Passos, 2014, p. 137 - 138).

O evento histórico o qual Passos se refere é o movimento totalitário, estes espaços destinados a eliminar a pluralidade humana são mais especificamente os campos de concentração, mais do que um campo de extermínio, representavam o ataque direto à pluralidade humana e à responsabilidade partilhada pelo mundo em que vivemos.

A falta de cuidado com o mundo manifestou-se de forma intensiva no modo como os nazistas desumanizaram e eliminaram sistematicamente grupos inteiros de pessoas, negando a sua dignidade e valor intrínseco como seres humanos. Ao eliminar a pluralidade humana, o objetivo principal era criar um mundo homogêneo e totalitário.

Como exposto anteriormente, além dessa eliminação, a promoção do isolamento é fundamental para a manutenção da massificação da sociedade, entretanto se faz necessário entender que, como reforça Nathalia Costa:

Tendo isso em vista, fica claro que o isolamento é a expressão da ausência de interação entre homens e mulheres na esfera dos assuntos humanos, isto é, na esfera pública, porque foi perdido o interesse por aquilo que é comum, pelos objetos do mundo e principalmente pelas instituições e questões políticas. O isolamento é a expressão da perda do mundo no seu aspecto público. Ao não se interessarem pelos assuntos comuns, os homens da massa não estão mais dispostos a agir em concerto e falar uns com os outros. Afinal, uma vez isolados e preocupados apenas com a manutenção de suas vidas privadas, o outro passa a ser desnecessário e a interação com ele também. Ao não interagirem com os demais através da ação e do discurso, os homens da massa são impotentes porque o poder ou a potência de poder só se efetiva por meio do agir e falar sobre aquilo que interessa e relaciona os homens e mulheres (Costa, 2018, p. 73).

O isolamento está relacionado à perda do interesse pelo que é comum, pelos objetos do mundo e questões políticas, assim, as pessoas que compõem essa sociedade de massa se tornam indiferentes aos assuntos que afetam o domínio público e se concentram exclusivamente na manutenção de suas vidas privadas, afetando a interação entre elas e sua capacidade de agir, sendo, portanto, o isolamento resultado do desinteresse pelos assuntos comuns. Nas palavras de Nathalia Costa:

Dito de outro modo, o isolamento expressa a perda da atividade da ação, que, porque se dá diretamente e somente entre os homens e porque está empenhada em preservar e fundar corpos políticos, não é possível de ocorrer no isolamento. A ação é, portanto, a atividade política por excelência e o seu local de efetivação é o domínio público, pois se baseia na existência de uma pluralidade de indivíduos distintos e singulares que agem em concerto e falam uns com os outros, e, ao verem e ouvirem uns aos outros, conferem realidade a esse domínio e a si mesmos. Ao se isolarem e não interagirem entre si, os homens da massa colocam a própria condição da pluralidade em perigo e consequentemente colocam em xeque a própria realidade do domínio público, pois ela se sustenta apenas a partir do aparecimento em público das várias e diferentes perspectivas e diferentes pontos de vista sobre esse mundo comum trazidas por indivíduos plurais e singulares (Costa, 2018, p. 74).

Nathalia Costa aborda a ideia de que o isolamento representa a perda da atividade da ação política. A ação depende da existência de uma pluralidade de indivíduos distintos e singulares que agem em conjunto e se comunicam uns com os outros. Ao verem e ouvirem uns aos outros, eles conferem realidade ao domínio público e a si mesmos.

No entanto, quando os indivíduos se isolam e não interagem com os outros, eles colocam em perigo a própria condição de pluralidade e, consequentemente, questionam a realidade do domínio público. O domínio público depende do aparecimento em público das várias perspectivas e pontos de vista trazidos por indivíduos plurais e singulares.

Quando os indivíduos se isolam e deixam de interagir com os outros, a própria condição da pluralidade é posta em perigo. Ao se afastarem da esfera pública, os homens da massa comprometem a realidade do domínio público.

No entanto, – como desenvolvido no capítulo anterior – o governo totalitário foi além do isolamento e produziu a sensação de desamparo, o que torna mais vulnerável o homem, segundo Arendt (2011, p. 235) “o desamparo é o resultado da derrocada de um mundo comum”.

O desamparo é proveniente do desmoronamento do mundo comum, ou seja, quando o isolamento, redundantemente falando, isola os homens, destruindo seus interesses comuns, eles passam a deixar de agir politicamente, neste momento, os regimes totalitários destacaram-se, ao não apenas promover o isolamento, mas indo além, mesmo após causar apatia política, o totalitarismo não se contentou, e produziu essa sensação de não pertencimento ao mundo, assim Arendt (2011, p. 235) afirmou “em desamparo eu perco meu senso comum, sentido para o que temos em comum”.

Arendt afirma:

O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada (Arendt, 1998, p.527).

A perda de um senso de comunidade e coletividade é causa suficiente para um sentimento de desamparo, não produzindo relações sociais normais, dessa forma, Duarte (2000, p. 51) afirma “a massa é, portanto, um agregado numeroso de indivíduos atomizados, quer dizer, individualizados e isolados em função da dissolução das relações sociais costumeiras”.

Sendo como um ciclo repetitivo, o isolamento produz o desamparo, à medida que quanto mais isolados, menos interesses em comum são gerados; de outro lado, o desamparo fortalece o isolamento, à medida que não há senso de pertencimento, ou seja, não há por que estabelecer um mundo comum.

Além do mais, a sociedade de massa não apenas destrói o domínio privado, mas também priva os homens de seu lugar no mundo e de seu lar privado, consoante a isso Arendt afirma:

a sociedade de massas não apenas destrói o domínio privado tanto quanto o domínio público: priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual outrora eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até os que eram excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família (Arendt, 2020, p. 72).

A sociedade de massas priva os indivíduos de seu lugar no mundo. Antes, as pessoas encontravam uma sensação de pertencimento e segurança em seu ambiente familiar. No entanto, com a uniformização dos indivíduos as relações sociais são enfraquecidas o que leva a uma sensação de deslocamento.

#### **4.2 Destruição da pluralidade humana**

Segundo Arendt (2020, p. 10) “a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá”, ou seja, cada ser humano é único à medida que cada um carrega consigo a capacidade de realizar o imprevisível.

A pluralidade refere-se à diversidade inerente à condição humana. É, portanto, a pluralidade que mantém a vida política, sendo a primeira condição inerente à segunda, nas palavras de Arendt (2020, p. 9): “a pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política”.

A ação política é uma atividade fundamentalmente humana, envolve a interação entre indivíduos e é impulsionada pela capacidade de iniciar algo novo. Arendt enfatiza que a ação requer a presença de outros indivíduos. Ao agir, os seres humanos se relacionam uns com os outros, a ação é, portanto, um fenômeno político que ocorre em um espaço compartilhado.

No entanto, o que aconteceu na sociedade de massas – como já apresentado nos capítulos anteriores – foi a supressão da pluralidade humana, segundo Nathalia Costa:

Nas condições da sociedade de massas a distinção é substituída pela igualdade, no sentido de equalização, gerando uniformidade e homogeneidade; e a ação é substituída pelo comportamento. Segundo Arendt, essa igualdade baseada no conformismo só é possível “porque o comportamento substituiu a ação como principal forma de relacionamento” (Costa, 2018, p. 76).

Há uma clara substituição da ação pelo mero comportamento, ou seja, da imprevisibilidade pela previsibilidade, da pluralidade pela homogeneidade, consoante isso lê-se que:

A perda da individualidade é levada às últimas consequências, pois sem a espontaneidade, sem a mínima capacidade de iniciativa, que significa a própria atividade da ação, os homens deixam de ser propriamente humanos e estão mortos para o mundo. Além disso, se antes a superfluidade e a desimportância eram sentidas individualmente por cada um em relação a si mesmo, agora o governo totalitário enxerga a todos os indivíduos como supérfluos e desimportantes, pois só quando os indivíduos são absolutamente supérfluos é que podem ser substituídos ou exterminados (Costa, 2018, p. 80).

Nos regimes totalitários, a espontaneidade e a iniciativa são consideradas ameaças ao controle exercido pelo governo. Os indivíduos são coagidos a seguir estritamente as normas e diretrizes impostas, sem espaço para a expressão de suas próprias vontades e ideias. A perda dessa capacidade de agir de forma espontânea e tomar iniciativas afeta diretamente a individualidade de cada pessoa, reduzindo-as a meros autômatos.

Em um mundo totalitário, a perda da individualidade é levada às últimas consequências. A supressão da espontaneidade e da iniciativa, o estado de inatividade que leva à "morte para o mundo" e a visão dos indivíduos como supérfluos e desimportantes pelo governo são características do regime totalitário.

A ameaça de acabar com a pluralidade humana estende-se por todo o domínio público, conforme Arendt (2020, p. 273) afirma “a tentativa de eliminar a pluralidade equivale sempre à supressão do próprio domínio público”.

A esfera pública é um espaço de encontro e diálogo, onde os cidadãos podem expressar suas opiniões, debater ideias e participar ativamente na tomada de decisões políticas, e para a manutenção deste espaço é essencial a existência da pluralidade humana.

Nesse sentido entende-se que, de acordo com Nathalia Costa:

A homogeneidade geradora dessa consciência de unidade destrói o princípio da pluralidade e, conseqüentemente, destrói a própria comunidade política que, enquanto mundo comum, só se sustenta se permitir o relacionamento de indivíduos singulares e, portanto, distintos entre si (Costa, 2018, p. 29).

Arendt explica que para acabar com a pluralidade humana é preciso reduzir todos a uma única identidade de reações, ou seja, comportamentos previsíveis:

a sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações (Arendt, 1998, p. 488).

E foi exatamente o que a sociedade de massas fez, ela “normalizou” seus membros, os fez se comportarem e excluiu a ação espontânea (Arendt, 2020, p. 51).

A sociedade de massas destrói a pluralidade humana ao homogeneizar as ações, as reduzindo a meros comportamentos, previsíveis e padronizados, há a perda da imprevisibilidade que permeia toda a vida política, da mesma forma que nos regimes totalitários há a supressão da espontaneidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa dividiu-se em três momentos. No primeiro momento, concentrou-se em entender o que Arendt descreve por *vita activa*, abordando as atividades fundamentais da vida humana: trabalho, obra e ação. Estando o trabalho ligado ao movimento cíclico do ciclo biológico – com perdão da redundância – sendo o mecanismo de sobrevivência do próprio corpo humano. A obra como atividade capaz de conferir uma marca duradoura ao criar artefatos e superar o ciclo instintivo biológico. E por fim, a ação como atividade política por excelência, somente possível com a interação direta entre aqueles com interesse comum.

Para entender melhor esta última atividade – a ação – retomou-se o período histórico onde surgiram as primeiras cidades-Estado, que segundo Arendt, adicionaram uma espécie de “segunda vida” a vida dos gregos, o que significava que a vida passou a ir além das preocupações privadas, entendendo-se a partir daí a diferença entre associação natural e organização política.

Daí em diante, os gregos perceberam que era necessário sair da esfera do lar onde todas as carências e necessidades do próprio corpo estavam envolvidas, transcendendo a esfera política, para tal era necessário coragem, que passou a ser considerada uma virtude política por excelência, pois participar da esfera pública significava correr riscos, já que ela é envolta pela imprevisibilidade da própria ação.

No entanto, o chamado advento do social implicou no declínio da ação política, já que as fronteiras entre as esferas privada e pública passaram a ser como que inexistentes, de acordo com Arendt, a esfera do social emerge da absorção de vários grupos sociais numa única sociedade ou como um único grupo familiar enorme.

A absorção de diversos grupos sociais em uma única sociedade resultou na perda de identidade e singularidade dos indivíduos, conformando-os a um padrão massificado. A sociedade de massas trouxe consigo uma exclusão da possibilidade de ação, substituindo-a por comportamentos previsíveis e normatizados, assim a imprevisibilidade da ação deu lugar

à uniformidade do comportamento social, marcando um declínio na esfera pública e na capacidade humana de agir espontaneamente

A análise de Adolf Eichmann como um homem de massa, desprovido da capacidade crítica de pensar, ilustrou como a falta de reflexão e questionamento pode levar a incapacidade de agir e a ausência de pensar criticamente.

No segundo momento, foi analisado o laço estreito entre ideologia e terror como instrumentos de massificação nos regimes totalitários destacando a análise de Hannah Arendt sobre a formação do homem de massa e o papel dos campos de concentração nesse contexto.

Entendendo-se como a apatia, o isolamento, a falta de interesse pelo comum e o descuido com o mundo comum implica na falta de relações sociais normais facilitando a massificação. Estas características no cenário totalitário são fundamentais para o sustento destes, por isso, neste cenário havia uma forte necessidade de transformar as classes em “massas”.

Neste sentido, Arendt demonstra como os campos de concentração poderiam e eram utilizados como laboratórios onde os regimes totalitários testam a criação do "cidadão perfeito." Esses campos, segundo a análise de Duarte, destruíam a pluralidade humana, eliminando a espontaneidade e a capacidade de ação política.

O súdito ideal do governo totalitário é descrito como alguém incapaz de distinguir entre fato e ficção, verdade e falsidade, resultando na supressão do pensamento crítico. Essa incapacidade contribui para a conformidade passiva da sociedade, facilitando a manutenção do controle totalitário.

Eis aí a importância da ideologia nos regimes totalitários, na construção de uma realidade irreal, destacando seu uso na propaganda totalitária. Arendt ressalta que a verdadeira finalidade da propaganda é a organização, não a persuasão. Além do terror totalitário, conforme abordado, destrói a capacidade de agir livre e espontaneamente, criando um homem de massa obediente aos estímulos externos.

Em seguida, percebe-se que tanto nos campos de concentração quanto nas sociedades de massas há uma busca pela supressão da individualidade, atomizando os indivíduos, gerando um senso de não pertencimento e substituindo a ação pelo mero comportamento.

Em último momento, compreende-se que Arendt ressalta que a sociedade de massas promove a igualdade baseada no conformismo, substituindo a ação pela previsibilidade do comportamento. O isolamento, ao destruir o interesse comum, leva à apatia política e à fragmentação social. A busca incessante pela uniformidade resulta em indivíduos atomizados, incapazes de participar em ações conjuntas, comprometendo a construção de um mundo comum.

Percebe-se, também, que o totalitarismo, indo além do isolamento, produz o desamparo, uma sensação de não pertencimento ao mundo. A destruição do mundo comum é a raiz do desamparo, gerando uma condição em que os indivíduos se tornam vulneráveis e impotentes.

Dessa forma, entendeu-se o que foi a infeliz perda do interesse pelo que é comum, esta é uma grande característica da sociedade de massas, que leva ao desamparo, uma sensação de vulnerabilidade e impotência diante dos desafios e problemas coletivos. Sem um senso de pertencimento e propósito compartilhado, os indivíduos se sentem deslocados do mundo comum, o desamparo é uma consequência direta da diminuição da pluralidade humana.

Sendo, infelizmente, uma questão ainda atual, o desinteresse pelo comum que leva a massificação da sociedade, diminuindo diretamente a pluralidade humana, é de importante análise, sobretudo, quanto ao contexto histórico totalitário, para que a humanidade não venha a repetir tal barbárie.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, J.S.; SCHIO, S.M. **Hannah Arendt: política a responsabilidade do “Homem de Massa”**. ENPOS, 16, 2014, Pelotas. Anais eletrônicos... Pelotas: UFPel, 2014. Disponível em: [https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/CH\\_02814.pdf](https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/CH_02814.pdf). Acesso em 23 dez de 2021.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução... 13 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2020.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Totalitarismo**. Trad. A. Correia. Inquietude, v. 2, n. 2, ago/dez, 2011a.

AGUIAR, O. A. **A questão do social em Hannah Arendt**. V. 27, n.2, p.7-20, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732004000200001>

CORREIA, Adriano. **Quem é o animal laborans de Hannah Arendt?** Revista de Filosofia: Aurora, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 199-222, jul./dez. 2013.

COSTA, Nathalia Rodrigues da. **A Sociedade de Massas em Hannah Arendt**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

DUARTE, A. (2000). **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra.

LIMA, Sérgio Cruz de Castro. **Hannah Arendt: A sociedade de massas e a liberdade**. Revista Eletrônica Discente História.com. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/historia-com/edicoes-anteriores/2016-2/13-hannah-arendt-a-sociedade-de-massas-e-a-liberdade>

PASSOS, Fábio A. **O conceito de mundo em Hannah Arendt: uma nova filosofia política**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SOUKI, Nádia. **A banalidade do mal em Hannah Arendt**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1995

TELES, Edson. **Ação política em Hannah Arendt**. São Paulo: Barcarolla: Discurso Editorial, 2013.